




C A P Í T U L O 8

“Falarei de lágrimas que vi e verti”¹: traços de alteridade na obra de euclides Neto¹

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0352616018>

Ana Sayonara Fagundes Britto Marcelo

Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/DCHL, Jequié/Ba). Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/PPGLitCult, Salvador/Ba). Mestra em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB, campus I, Salvador/Ba)
<https://lattes.cnpq.br/2124695641938329>

¹O texto compõe a tese de doutoramento da autora, defendida em 2025, no PPGLitCult/UFBA.

RESUMO: O texto analisa o livro *Trilhas da reforma agrária*, do escritor baiano Euclides Neto, publicado inicialmente em 1998. O livro é um relato das experiências como Secretário de Reforma Agrária da Bahia. Na análise, considera-se a segunda edição, revista, publicada em 2014. Euclides Neto foi escritor, advogado, político eleito pelo voto popular em 1961 - prefeito da cidade de Ipiaú, Bahia e Secretário da Reforma Agrária da Bahia, entre 1987 e 1989. Além de esposo, pai e fazendeiro. O objetivo é um “passeio” por excertos/rastros inscritos na obra de Euclides Neto, quando o “eu” tece imagens de si nas mais diversas posições sociais ocupadas; e refletir sobre a “postura” autoral, que se delinea. Uma delas, que se evidencia nesta e em outras obras é a alteridade em relação aos trabalhadores rurais, com os quais se relaciona e se identifica.

PALAVRAS-CHAVE: Euclides Neto; Alteridade; Trabalhador rural; Reforma Agrária.

Enfim, direi da rotina, de fatos, alguns até pitorescos. E outros trágicos, como o de um pai que chegou molhado em lágrimas, roto, pés gretados, espavorido pela desgraça e falou: “- Seu doutor, não choro porque queimaram minha plantação e meu rancho. Nem porque mataram minha mulher quando me ajudava a plantar feijão. Choro porque há três dias, meu filho de dois meses procura o peito da mãe e não encontra. Ela está debaixo da terra. O tiro que era pra mim, pegou nela. Me acuda”. Falarei de lágrimas que vi e verti. (Euclides Neto, 2014, p.20)

Percebe-se no excerto-título e epígrafe que abrem a seção – retirados do segundo capítulo de *Trilhas da reforma agrária*¹ – a tentativa de estabelecer, logo no início da obra, um compromisso com a verdade factual ao destacar em discurso direto a fala de um pai, trabalhador rural, narrando o assassinato da companheira e a orfandade do filho de dois meses. Assim o é, pois, evidencia comprometimento em narrar as “lágrimas” que viu, como se fosse testemunha dos fatos a serem relatados.

Além do comprometimento com a verdade, a expressão “Falarei de lágrimas que vi e verti” explicita alteridade, porque implica falar das lágrimas não apenas vistas, mas vertidas ao ouvir os relatos dos trabalhadores (as) rurais, das mortes, das perseguições e das privações sofridas. Esse movimento de colocar-se no lugar do outro é constante nas narrativas de Euclides Neto, que registram e socializam as realizações desenvolvidas ao assumir cargos públicos.

O sentido da palavra alteridade no campo do discurso de Direito, espaço de atuação do autor supracitado se faz presente “para expressar a necessidade de um outro” e possui “facetas” que “impõem ao Direito um conjunto de problemas teóricos e práticos, que atingem sua própria conceituação” (Aguiar, 2006, p. 12). Dentre as questões levantadas por Aguiar (2006), destaca-se: “Quem é o outro? Como constituir relações com os diferentes, os distintos? [...] Como pensar justiça em relação à alteridade? A partir do que entendemos e construímos socialmente a figura do outro?” (Aguiar, 2006, p. 12).

Não cabe aqui responder aos questionamentos, mas refletir sobre algumas considerações do teórico podem auxiliar na análise das relações estabelecidas entre o eu que fala nos relatos euclidianos e os outros com os quais se relaciona nos fatos relatados. Na epígrafe em questão, o outro é pai e agricultor, e, no lugar de quem trabalha a terra para tirar o sustento, sofre violência. O outro para o agricultor é o “doutor”: título que recebe os advogados, os formados em Direito, título usado na escala social àqueles que detém o poder econômico e/ou de decisão, como o de secretário da reforma agrária, a quem o agricultor violentado narra a “desgraça” que se abateu sobre a família.

Na relação jurídica, como nas demais relações sociais, um “nós” é

político, social, econômico, metafísico e conjuntural, expressando as bases últimas da ordem que poderão estar plantadas na disputa ou na solidariedade, na matrilinearidade ou patriarcalidade, no outro como inimigo, ou no outro como companheiro da jornada frágil neste planeta, o que insere, nesta hipótese, a dimensão natural como um dos elementos importantes na constituição dos direitos. Diante do que foi dito, é o outro que define o sujeito de direitos: o um só é um por se relacionar com o outro, concebê-lo, simbolizá-lo, localizá-lo ou estigmatizá-lo. O nós manifesta-se pela interiorização mais ou menos libertadora do outro no um. (Aguiar, 2006, p. 14)

¹ Doravante *Trilhas*.

Chorar com o outro, sentir as dores que o atormenta, esboça uma relação, que apesar das circunstâncias desiguais, o “nós” se constitui numa relação de linearidade e não de superioridade. A epígrafe de abertura do capítulo apresenta o primeiro contato do Secretário de Reforma Agrária da Bahia, Cooperativismo e Irrigação narrado em *Trilhas*. Evidencia um encontro com alguém que tem rosto e história, é pai e agricultor, e pede socorro, revelando a fraqueza humana diante da violência e da morte.

É um pedido de ajuda que confronta o outro na posição que ocupa, e espera dele ações que lhe atenuem a dor. O eu que narra compromete-se com o outro e propõe falar dos “trabalhadores rurais, suas queixas, lágrimas, sangue derramado nas covas de mandioca, da compra do gadinho, [...] da casa de sopapo, da sede, da fome, [...]” (Euclides Neto, [1998] 2014a, p. 20). O exercício de alteridade proposto no excerto em tela vai de encontro ao “senso comum jurídico, [...], que dilui os sujeitos no interior de uma igualdade abstrata e retira dos envolvidos na relação jurídica os seus rostos, sua existência e concretudes” (Aguiar, 2006, p.12).

Aguiar (2006), ao tratar da alteridade nas relações jurídicas retoma o pensamento de Kant e Lévinas para apresentar duas maneiras de exercer a alteridade. Quando Kant trata da ética, concebe que a alteridade se constitui com base na subjetividade, partindo sempre do eu para o outro, o que desencadeia o “entendimento de um direito hierarquizado vertical, dentro de um tempo linear, no interior de um processo de causalidade estrita” (Aguiar, 2006, p. 16). O teórico considera que o pensamento de Lévinas revoluciona essa forma de pensar, “dada a impossibilidade do eu se constituir eticamente sem o outro” (op. cit. p.16). A presença prévia e diferente do outro é determinante e necessária para a formação do eu. Lévinas (1997) aborda a mudança do “em-si”, do “para-si”, do “cada um por si”, “em um eu ético, em prioridade do para-outro” (p. 271).

São muitos os outros com os quais Euclides Neto se relaciona nos cargos ocupados: trabalhadores rurais, desempregados, fazendeiros, políticos e funcionários públicos são alguns dos mais constantes e determinantes para as ações do eu, cujos relatos tratam justamente das condutas diante desses outros tão diversos. Entretanto, o outro que se apresenta diante do gestor público Euclides Neto, o “chama” e o “ordena do fundo de sua nudez sem defesa, de sua miséria, de sua mortalidade” (Lévinas, 1997, p.271) é o agricultor, o desempregado, o faminto e violentado em seus direitos básicos, que se multiplica em terceiros, mulheres, crianças e idosos que compõem o quadro dos que no relato de 64: *um prefeito, a revolução e os jumentos*² são descritos como “Os mendigos: homens, mulheres, normalmente velhos aos trinta [...]” (Euclides Neto, [1983] 2014b, p. 45), referindo aos moradores da rua do Corte, em Ipiáú-Ba.

² Doravante 64.

Por outro lado, em publicações sobre a vida de Euclides Neto, o padre francês Camillo Torrend, “professor, cientista e botânico” (Euclides Neto, [1998] 2014a, p. 269), é o outro com quem Euclides se depara, citado como tutor do jovem estudante, indicando-lhe leituras e dando-lhe emprego, o que possibilita a permanência dele em Salvador na pensão do padre, localizada na Avenida Sete de Setembro. A convivência diária com o religioso é considerada importante “na formação religiosa, humanística e intelectual de Euclides”, como evidencia a obra “Euclides Neto”, escrita por Souza (2013, p.51), uma publicação da Assembleia Legislativa da Bahia.

O livro faz parte da “Coleção Gente da Bahia”, que objetiva traçar perfis como forma de “preservação da história de cidadãos baianos”, de acordo ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, à época do lançamento, responsável pela criação do selo (Souza, 2013, p. 13). A obra é composta a partir de entrevistas com familiares e amigos de Euclides Neto, com políticos e moradores de Ipiaú, além dos acontecimentos relatados em *64* e *Trilhas*.

Voltando aos relatos, a quem pertence a voz que diz EU “falarei de lágrimas que [eu] vi e [eu] verti”? Ao autor? Ao narrador? Ao personagem? Tratar-se-á, a seguir, da reflexão em torno da função de cada uma destas esferas para a constituição dos textos em evidência, e possíveis confluências, considerando que *64* e *Trilhas* foram escritos a partir das situações vividas ao assumir o cargo de prefeito de Ipiaú (em *64*) e secretário de Estado da Bahia (em *Trilhas*), como já foi dito.

Se fosse solicitado a um leitor despretenhoso³ a resposta à indagação “Quem fala?” certamente responderia: “quem fala é o autor do livro, Euclides Neto”. E responderia com um certo estranhamento talvez, julgando ser a indagação apenas um desejo do interlocutor em estabelecer contato através de uma pergunta retórica. Entretanto, é sabido que a questão mobiliza uma série de posicionamentos teóricos que dizem respeito à subjetividade nos textos escritos em relação ao uso da primeira pessoa do singular.

Há três possibilidades, a princípio, de responder à indagação: inicialmente, a partir das informações que estão disponíveis na internet e na reedição das obras completas do autor, na seção “Cronologia”, ao final de cada livro, onde é possível encontrar informações sobre Euclides Neto: vida, obra e contexto histórico de produção. Além de informações complementares, recepção da obra e fotos, que podem ser acessadas no site⁴ que leva o nome do escritor.

A segunda, pode-se responder à questão refletindo sobre as instâncias do “eu”, em textos onde ocorre a coincidência entre o nome do autor, do narrador e do personagem que executa as ações principais narradas. Perceber as funções de

³ A expressão “leitor despretenhoso” refere-se àquele que lê despretenhosamente, sem intenção de aprofundar a análise a partir de conhecimento teórico e/ou com fins acadêmicos. Lê para se distrair, conhecer a obra de determinado escritor, aprofundar-se no tema tratado, entre outros motivos.

⁴ Site: www.euclidesneto.com

cada uma delas pode levar a uma melhor compreensão do processo criativo e os imbricamentos entre realidade factual e ficcional nos quais os textos em pesquisa se constituem.

Outra possibilidade de responder à questão “Quem fala?” é refletir sobre os lugares sociais ocupados por Euclides Neto a partir dos rastros das imagens de si tecidas nos livros, artigos publicados e discursos proferidos. O que o autor fala sobre si? Como se posiciona? Perseguir respostas a estas indagações é ouvir/ler os referidos textos e neles buscar identificar os processos de autotransfiguração e postura autoral capazes de auxiliar a compreender melhor imagens de si criadas pelo “sujeito” que se constitui “objeto de seu próprio discurso” (Meizoz, 2007, p. 10). As imagens tecidas de outros vão sendo construídas nas molduras das imagens de si, e são reveladas ao longo dos textos-base e da pesquisa.

1.1 Euclides Neto por ele mesmo (A palavra como constituição do ser)

O escritor ocupou socialmente vários lugares capazes de apontar perspectivas diferentes em relação à voz que fala. Foi criança na zona rural, jovem migrante para capital baiana, formou-se em Direito, advogou em favor dos trabalhadores rurais, principalmente. Exerceu cargos eletivos e por indicação política: prefeito eleito de Ipiaú-BA, secretário da Reforma Agrária da Bahia – período em que fora eleito pelos pares para coordenar os secretários de reforma agrária do Brasil – e secretário de Assistência Social de Ipiaú-BA. Foi esposo e pai, amigo, proprietário de terras, patrão, “criador de cabras” e bovinos, publicou livros e textos jornalísticos. Alcançou ascensão e certificação⁵ social. Ocupou cadeiras em duas academias de Letras no interior da Bahia⁶. Foi reconhecido pelos pares: escritores, advogados, políticos, fazendeiros e por populares: desempregados, roceiros, posseiros trabalhadores sem terra. Essas informações, ao que parece, vão além de dados meramente biográficos, uma vez que possibilitam aos leitores e à crítica participar dessa “criação coletiva que é o autor”, como evidencia Meizoz (2007, p. 10). Além disso, os dados biográficos apontam para os lugares de fala privilegiados ocupados por Euclides Neto.

O autor ganha visibilidade que o advogado, por vezes, alcança. A capacidade de falar pelo outro vai além de representá-lo e defendê-lo em tribunais. A epígrafe de abertura do capítulo, “Falarei de lágrimas que vi e verti”, revela um eu que sugere compactuar com a verdade factual e a alteridade. Comprometendo-se logo no início de *Trilhas* em narrar fatos vividos ou que tomou conhecimento no exercício de cargo público, ao estabelecer contato com a população rural e cidadina.

⁵ “Certificação” significa aqui reconhecimento social, termo usado por Jean-Claude Pompougnac (1997).

⁶ A primeira delas foi a Academia de Letras de Ilhéus, tomando posse em maio de 1990. A segunda, a Academia de Letras de Jequié (ALJ), da qual fora membro fundador, junto com outros 27 escritores. A ALJ foi fundada em 20 de junho de 1997, Euclides Neto ocupou a cadeira n. 11.

Para Meizoz (2007, p. 22), “nos gêneros de destaque na era do indivíduo, como na autobiografia e nas memórias, que são endereçados a um espaço público potencial cada vez mais amplo, a questão da figuração ou ‘apresentação de si’, daquele que toma a palavra, torna-se essencial”. O teórico considera, ao analisar “posturas” autorais, os “atos enunciativos e institucionais complexos, por meio dos quais uma voz e uma figura se fazem reconhecer no campo literário” (op. cit. p. 11). Dessa forma, a escrita e as imagens tecidas são ponto de referência para considerar postura como encenação “midiática de um traço físico ou como um gesto de homem célebre” (Meizoz, 2007, p. 12). A proposta é um “passeio” por excertos/rastros inscritos na obra de Euclides Neto, quando o eu tece imagens de si nas mais diversas posições sociais ocupadas; e refletir sobre a “postura” autoral, que se delinea.

Os primeiros excertos são de *Vida morta*:

Nem ele mesmo entendia. Sua vida na faculdade era apagada. Seus camaradas do Partido Comunista faziam-lhe perguntas sobre sua frieza partidária e ouviam desculpas. As indagações eram feitas em tom de censura e as respostas eram inteligíveis: realmente ele que sonhara com uma grande organização sem oprimidos e sem opressores havia acordado. [...] O comunismo é necessário, sim. Mas nunca vencerá. [...] Aos poucos vai amolecendo dando lugar ao socialismo. (Euclides Neto, [1947] 2014c, p. 62).

Vida morta informa na capa tratar-se de um romance, remetendo o leitor ao universo ficcional. Entretanto, para quem conhece traços biográficos do escritor ou tem o hábito de folhear o livro antes de ler, encontrará – ao final – a “Cronologia” com informações biográficas de Euclides Neto relacionadas a fatos históricos⁷. Se o leitor assim o fizer, poderá reconhecer alguns traços da vida do escritor repetidos na vida do narrador do romance, Antônio. Tanto um quanto outro migram do interior rural para a capital, visando complementar os estudos. Tornam-se estudantes de Direito, sofrem influência marxista, filiam-se ao então Partido Comunista (PC), desejam tornar-se escritor reconhecido e advogado.

Antônio demonstra certo desencantamento com os sonhos acalentados e desesperança, que coincidem com o pós-guerra do final da década de 1940:

A faculdade era composta de rapazes pedantes, idealistas, oportunistas, inteligentes, ricos, pobres, miseráveis, honestos e desonestos, emparedados entre a cultura de duas guerras. [...] Uma juventude criada nos moldes da irresponsabilidade, marchava para a vida predestinada ao erro, à desmoralização e à falta de altruísmo. Os que sonhavam ser políticos o desejavam para ter uma vida de conforto e honra. Aqueles que idealizavam a advocacia desejavam ficar ricos em pouco tempo, ter um carro e dispor de mulheres... [...] Havia até quem pensasse em se vender a uma moça rica e levar a vida desfrutando do preço da venda. No meio de tanta estupidez aparecia o espírito do escritor fitando a fama, o dinheiro e as mulheres... Ninguém queria trabalhar com fé e devotamento. A moral é o egoísmo, o golpe. (Euclides Neto, [1947] 2014c.p.121-122).

⁷ A “Cronologia” consta em todos os livros da reedição completa da obra do escritor, lançada em 2014.

O narrador Antônio, também personagem principal, no excerto acima, descreve estudantes de Direito, seus pares e, ao descrevê-los, anuncia também o que almejavam tornar-se: advogados, políticos e/ou escritores, profissões privilegiadas socialmente à época (década de 1940) e que conferia a quem as exerciam prestígio, poder, fama, “mulheres” e conforto. Antônio critica os colegas, motivados por demandas de ordem pessoal, sem ética e despreocupados com questões sociais; diferente dele, filiado ao Partido Comunista. Euclides Neto, quando escreve e publica o livro, em 1947, encontra-se em Salvador, estudando Direito na Universidade da Bahia, entre os anos de 1945 e 1949 (op. cit. 2014c, p.187). Vê-se, portanto, nestes excertos, traços entre o lugar de fala do autor e de Antônio, que antecipa, nas profissões almeçadas pelos personagens, os lugares sociais ocupados por Euclides Neto, pois, além de advogado e escritor, tornou-se gestor público por voto popular e por indicação política. Além de, ironicamente, tornar-se rico.

Observa-se nos excertos de *Vida morta* um jovem idealista, capaz de analisar o comportamento dos pares e criticar a falta de idealismo social. Embora demonstre desesperança com os ideais comunistas, é clara a tendência em pensar a sociedade “sem oprimidos e sem opressores”, visando o bem comum, não cultivando ideias individualistas como os demais estudantes do romance. Em outras passagens, o protagonista demonstra viver uma crise existencial, que se coaduna com o período do entre guerras e a história de vida do personagem.

Quanto à possibilidade de ocupar o lugar de escritor, reconhece-se no personagem Antônio o desejo de revelar na escrita “os absurdos sociais como eles se apresentavam. Sem tirar nem botar” (Euclides Neto, [1947] 2014c, p. 121). O aspirante a escritor afirma:

Tudo que escrevi é real. Vi e soube por outras bocas. Mentira não é. Está idiotamente escrito. Onde existe o sentimento do escritor? Na crueza da maneira de se expressar? Na volta que pinga de cada frase? No idealismo de melhorar aquela gente? Na piedade? [...]. Pode-se, entretanto, conhecer um pouco do que influiu em meu espírito: as dores, as doenças, a fome, a prostituição pela sua face mais horripilante. Parece até doentio. Só falo no que é ruim, podre, fedorento. Também, nada mais conheci (Euclides Neto, [1947] 2014c, p. 121).

O excerto traduz a poética do autor que começa a se delinear através do personagem Antônio – aspirante a escritor – nos temas a serem abordados, no compromisso com a alteridade; e na estreita relação entre o narrado e o vivido que o texto busca estabelecer. Euclides Neto publica *Vida morta* aos 22 anos. Mais de três décadas depois da publicação do romance, publica o primeiro relato, onde é possível ver renovado tal compromisso; não mais inscrito na fala de um jovem personagem, mas na voz do experiente escritor de 64 e *Trilhas*, como se observa na epígrafe do capítulo.

A formação em Direito e o exercício da advocacia certamente auxiliaram o político Euclides Neto na gestão de cargos públicos, principalmente, quando fora prefeito em plena ditadura militar, na década 1960, e respondeu a inquérito policial militar. Entre outros acontecimentos, ganha destaque o interrogatório a que fora submetido, ao ser investigado pelas possíveis ações “comunistas”, após a experiência de reforma agrária que implantara no município de Ipiaú, dividindo terras entre os/as trabalhadores/as rurais:

O depoimento rolou horas sobre a Fazenda do Povo, a desapropriação de Córrego de Pedras:

– Dizem que o senhor invadiu terras de João Caricchio com centenas de homens armados!

– Parece que a informação não é exata. Realmente desapropriamos uma parte da fazenda do senhor João. Depois requeremos ao juiz de direito imissão na posse, que foi concedida. Então mandamos o povo construir as palhoças. Antes, tentamos por todos os meios comprar a área. [...] Quando esgotei os meios amigáveis foi que parti à desapropriação. A terra não se usava para nada: nem cacau, nem capim. Sem qualquer lavoura. Senhor João Caricchio não dava, não vendia, não loteava e nem sequer as usava para qualquer fim. (Euclides Neto, [1998] 2014a, p.144)

O excerto, extraído de **64** revela a astúcia do advogado, então prefeito, que sabe usar as palavras para se defender. Ao utilizar o verbo “desapropriar” no lugar de “invadir”, empregado por quem o interrogava, seguidos dos verbos “requerer”, “comprar” e “construir”, demonstra a importância da seleção vocabular no momento de defesa pessoal, quando a escolha e o emprego de palavras podem levar à prisão ou a absolvição.

A familiaridade com as leis, leva o autor a publicar – na abertura dos relatos – as premissas que visam orientar prefeitos (em **64**) e servidores públicos (em *Trilhas*) a exercerem os cargos. Em **64** – sob o título “Aos prefeitos”⁸ –, as premissas versam sobre como o político deve atender e ouvir o povo e os correligionários; além de orientar sobre como portar-se diante da opinião pública, do “adulador”, em relação aos gastos públicos entre outras orientações. A primeira premissa de **64**, dentre as onze elencadas, referenda: “1. Atenda ao povo como fazia antes das eleições. Veja nos olhos dos velhos e das crianças necessitadas a súplica de sua mãe e de seus filhos” (Euclides Neto, [1983] 2014b, p.25). A capacidade de enxergar o outro, trazê-lo para perto de si, percebendo dores e necessidades contribui para a construção, através da escrita, da imagem de Euclides Neto que permanece no imaginário dos antigos moradores de Ipiaú.

Exemplares são as entrevistas realizadas pela jornalista Souza (2013), na Fazenda do Povo, com alguns dos primeiros moradores. Eles recordam a presença do prefeito. Em uma delas, realizada em 2010, a jornalística destaca a fala de uma senhora: “Maria

⁸ Publicado em *O menino traquino: crônicas políticas e crônicas leves*, em 1994, com o título “As virtudes de um prefeito”, p. 43.

Pequena, de 105 anos, abre um sorriso largo ao discorrer sobre Dr. Euclides. ‘Antes de ter a terra a gente era tudo fraquinho, não tinha nada’, [...]. “Dr. Euclides era um homem de Deus”. (Souza, 2013, p. 31). Outro morador, “Aristóteles Oliveira Santos, 58 anos, despontou na Fazenda do Povo com 11 anos, depois de três meses da chegada dos primeiros moradores” (op. cit.2013, p. 30). O homem narra que aos 12 fora socorrido pelo prefeito que o levou a outra cidade, para internamento médico, e que “no outro dia, ele me pegou no hospital e me trouxe de volta pra casa, só eu e ele no carro” (op. cit. 2013, p.30). Tais relatos ressoam, certamente, no imaginário dos descendentes dos antigos moradores da Fazenda do Povo, referência de reforma agrária em terras baianas.

Em *Trilhas*, as premissas são nomeadas como “Mandamentos da Reforma Agrária” e correspondem ao primeiro capítulo do relato. Destacam-se aqui, entre as onze, três delas:

5. Os doutores precisam ouvir os assentados, sem violar a sabedoria milenar deles. Sobre tudo nos planejamentos. [...].

7. Ter consciência de que quem invade é o poderoso, o grileiro urbano ou rural, visando só ao lucro. Os sem-terra ocupam, em estado de necessidade ou porque encontram o imóvel abandonado. [...].

11. O trabalhador rural sempre tem razão, mesmo quando, aparentemente, não a tem: pelo passado de injustiça que seus antepassados sofreram e ele próprio”. (Euclides Neto, [1998] 2014a, p. 17-18)

O lugar ocupado enquanto representante do poder público, quer seja como prefeito quer como secretário de estado, confere a Euclides Neto o “poder” não apenas de gestar o bem público, mas de “legislar” sobre a função ocupada, ao ponto de elencar como agir diante das ações a serem implementadas. É importante frisar que esta é a primeira vez que na Bahia foi instalada uma secretaria para tratar da questão agrária, conforme “O Portal Oficial do Governo da Bahia”, 2007⁹. O impacto que provavelmente causou tais “mandamentos”, se disponibilizados à época da gestão aos subordinados da secretaria da Reforma Agrária do estado da Bahia (de 1987 a 1989), deve ter sido grande, solicitar aos “doutores” que respeitem a sabedoria milenar do povo simples antes de considerarem os conhecimentos adquiridos nas universidades, demonstra respeito e empatia para com os trabalhadores rurais e o passado de injustiça por eles sofrido.

No sétimo “mandamento”, ao usar os verbos “invadir” referindo-se a poderosos e grileiros; e “ocupar” para os sem-terra, evidencia-se o posicionamento político de Euclides Neto, dispondo-se ao lado dos trabalhadores rurais. Os mandamentos – conjunto de orientações norteadoras das possíveis ações de funcionários e demais subordinados ao secretário de estado – são compatíveis com o lugar ocupado pelo

⁹ <http://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/reforma-agraria/governo-participa-dos-20-anos-do-mst/> acesso em 14/10/2021.

político, numa secretaria que visa gerir a reforma agrária na Bahia, marcada por latifúndios, que o então secretário conheceu *in loco* no exercício da advocacia e quando fora prefeito de Ipiáú, cidade localizada na região cacauzeira baiana, marcada historicamente por conflitos agrários, emboscadas e grilagens.

Não é possível mensurar nessa pesquisa se as ações do secretário da Reforma Agrária do estado da Bahia e coordenador dos secretários de Reforma Agrária do Brasil (ambas funções exercidas entre 1987 e 1989) impactaram ou não as gerações futuras de gestores, principalmente a vida dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras. Entretanto, o registro de ações e relações públicas pode servir como fonte de estudos para antropólogos, sociólogos, historiadores, linguístas entre outros pesquisadores interessados no conteúdo humano e historiográfico do texto ou nas questões culturais e literárias que suscita.

Se “o autobiógrafo homem do século XIX escreve um texto vacilante entre a história e a ficção, mas no momento de classificá-lo prefere evitar a ambiguidade”, colocando-o “dentro dos limites, mais respeitáveis, da história” (Molloy, 2003, p.225), vê-se em *Trilhas*, publicado em 1998, um registro que deseja agregar um legado de valor documental a partir da perspectiva de alguém que vivenciou os acontecimentos; e, neste caso, ocupando um lugar privilegiado de quem elenca formas de agir, tem a possibilidade de gerir e redimensionar relações de poder, ou pelo menos tencioná-las, durante o período de ocupação do cargo, até então não existente na Bahia.

Os relatos de Euclides Neto, antecedidos ou iniciados pelas premissas “Aos prefeitos” (64) e “Mandamentos” (*Trilhas*), parecem querer deixar diretrizes a quem almeja gerir a questão agrária na Bahia e até mesmo no Brasil, considerando que o mesmo coordenou os secretários da reforma do Brasil entre 1987 a 1989 (Euclides Neto, 2014a, p. 273). Deste modo, a possibilidade em ter a existência reavaliada justifica o propósito ao reforçar a imagem de gestor íntegro, honesto, que fez jus ao cargo ocupado, ao posicionar-se ao lado de trabalhadores rurais.

Ao dispor-se no lugar de autor, Euclides Neto parece minimizar conhecimentos linguísticos e argumentativos do advogado e filólogo, entretanto, vislumbra-se, mais uma vez, a astúcia do advogado entrar em cena. Quando o autor se mostra humilde em relação à respectiva produção escrita, além de reforçar a imagem de homem simples, antecipa possíveis julgamentos negativos ao produto literário e procura minimizar o poder do crítico diante da possibilidade de desvalorização da obra.

O *Dicionareco das roças de cacau e arredores*¹⁰, publicado em 1997, traz a seguinte afirmação, em parte inicial, intitulada “Agradecimentos e desculpas”:

Os eruditos que pisem, virem e sequem esse cacau mole, cheio de sibiras, gogas e sem fermento. E o classifiquem de gude ou inferior, que superior não o é. Como se vê, não pretendo obra de sustança e faro de paqueira. Fico nos aceiros. Vale como esforço para bandeirar a prosa da genticinha dos eitos. [...] Vale mais como testemunho de quem, sendo dez-réis, não chega a tostão. (Euclides Neto, [1997] 2013, p.24).

¹⁰ Doravante *Dicionareco*.

O autor emprega metáforas comparando o trabalho do crítico literário ao do trabalhador rural, que atua no cultivo e seleção do cacau na região sul baiana, espaço de onde extrai as expressões que compõem o *Dicionareco*. Euclides afirma produzir "cacau mole, cheio de sibiras, gogas e sem fermento", comparando o resultado do trabalho como escritor ao cacau sem valor comercial, posto que este deve ser seco, duro e passar por seleção dos melhores grãos. O sufixo "-eco", com sentido diminutivo, pode se referir ao tamanho do dicionário, em relação ao número de páginas, se for comparado aos dicionários tradicionais grossos e pesados; entretanto, é subestimar a sagacidade do autor ao escolher o título da obra. O *Dicionareco* é menor porque elenca vocábulos e expressões de uma parcela da população rural, pobre e sem formação educacional sistemática. A quem interessa saber o significado das expressões usadas pela população rural agrária sul baiana? Por que deixar um registro do falar da "gentinha dos eitos" se apenas mão de obra barata é o que interessa/interessava aos latifundiários do cacau e aos beneficiados por eles?

O escritor Hélio Pólvora, amigo pessoal de Euclides Neto, pensa diferente. Segundo entrevista concedida a Souza (2013), contou ter indagado o autor do *Dicionareco* acerca de querer empregar expressão pejorativa no título da obra, sugerindo que empregasse "dicionário" ou "pequeno dicionário" (Souza, 2013, p. 139). Entretanto, segundo Pólvora, por ser "um homem muito simples", ter "excessiva modéstia" ou "pudor de ser escritor, talvez de aparecer como escritor" (op. cit. p. 138-139), Euclides rejeitou a sugestão.

Em relação aos relatos, a postura se repete. Na "Primeira Parte" de 64, denominada "Nome do livroide", o autor justifica a escolha do título do livro: "Nosso intento é prestar um testemunho [...]" (Euclides Neto, 2014b, p. 29). O uso da primeira pessoa do plural esclarece o motivo da escrita como um "testemunho" de quem vivenciou o período da ditadura militar, deflagrada em 1964, visando deixar as impressões do interior do país, especificamente da zona rural. Todavia, "Livroide" (radical "livr-" associado ao sufixo "-óide") sugere ser um diminutivo de livro com sentido pejorativo, significando livro de pouco valor ou inferior a outros, isto se for feita uma comparação com o vocábulo "debilóide" (radical "débil-" somado ao sufixo "-óide"), usado em sentido pejorativo para referir-se à pessoa que sofre de debilidade mental (Ferreira, 1986, p. 522), expressão abominável e em desuso na contemporaneidade. Além do emprego de "Livroide", o autor minimiza a importância do relato ao dizer que pode servir "para enrolar sabão":

Nada mais controvertido que o troço de 1964. [...]. Nosso intento é prestar um testemunho de como a coisa pipocou aqui fora, na roça, em uma cidade de 16 mil habitantes na sede, e 20 mil em todo o município, à época. Onde, do movimento mesmo, chegaram os respingos, conquanto em seguida, as consequências... Muito já se escreveu de como os heróis atuaram nos grandes centros: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília. [...]

Daí pretendermos lançar uma penca de palavras cá do mato. Talvez, no futuro, estas garatujas sirvam para enrolar sabão. (Euclides Neto, [1983] 2014b, p.29)

Ao contrapor o relato dos “heróis que atuaram nos grandes centros” a “uma penca de palavras cá do mato”, referindo-se ao relato de 64, o autor, ao tempo em que coloca no mesmo patamar as duas narrativas, vislumbra a possibilidade da segunda não ser valorizada como a primeira, e assume tal probabilidade ao sinalizar que “talvez” as “garatujas sirvam para enrolar sabão”, revelando ironia em relação à escrita, atenuada pelo “talvez”, que aponta a possibilidade de alcançar fins mais dignos.

Em *Os genros* (1981), classificado na capa da primeira edição como romance e na segunda como novela – como defende o escritor da Apresentação Cyro de Mattos (Euclides Neto, [1981] 2014f, p. 9) –, a voz que narra faz questão de acentuar que os fatos não passam de ficção, que os tipos de genros apresentados no livro não têm relação com a realidade. Sobre a tipologia textual, a voz, ao se apresentar como o autor evidencia: “O pior é que pensamos em fazer um romance e está saindo uma coisa estranha, confusa, mais beirando ensaio, com o perigo de tropeçar (se já não tombou) no anedotário, que é ridículo” (Euclides Neto, [1981] 2014f, p.22-23). Isto porque, o livro é formado por dezessete casos de genros interesseiros, que almejam riqueza fácil ao entrar para famílias abastadas, ligadas à produção de cacau e à criação de gado. As narrativas compõem um “rol”, cujas “peças” assemelham-se às roupas sujas, que a “Décima sétima peça: A última da trouxa” arremata (op. cit. 2014f, p.148) fechando o “rol” de “sentimentos de família um tanto ou quanto envergonhantes” (op. cit. 2014f, p. 19), íntimos, que classes abastadas procuram esconder. Por isso, na “Primeira peça: Os genros”, a voz da narrativa faz questão de “dizer de berrante no bico que tudo aqui narrado nasceu da imaginação. Jamais existiu” (op. cit. 2014f, p. 19), revelando ironia permeada pelo humor.

A tendência em reduzir ironicamente o valor literário dos livros publicados repete-se em *Os genros*, quando livro e personagens são considerados “rascunho”, “remendos”:

Sabemos da existência de genros mais interessantes e que merecem entrar na história bem antes dos nossos esposados. O autor destes remendos, contudo, não tem condições de descrevê-los, pois aos grandes temas só os escritores de envergadura superior. Para perseguir curraleiros, basta pongó de meio folego.

[...]

Por diferente lado, também é uma questão de justiça para com os genros. Todos os componentes da família humana foram tratados como se faz tripa de porco, escorridas com varinha. O pai, a mãe, a filha, o filho, o primo, o sobrinho. A madrastra nem se fala. A sogra. Tudo encheu as páginas graúdas da literatura universal. Parece que Balzac, Gorki, Eça, Aloísio de Azevedo não queriam descer tanto.

Vamos a eles. (Euclides Neto, [1981] 2014f, p.19-20).

O *Dicionareco* define a forma curraleira como “vaca pé-duro” (Euclides Neto, [1997] 2013, p.52); por associação, pode-se referir ao boi “sem raça definida”, significação de “pé-duro” (Euclides Neto, [1997] 2013, p.89). Quanto à “Pongó”, é definido no *Dicionareco* como “Cavalo velho, ordinário, com defeito” (Euclides Neto, [1997] 2013, p.90). Se os genros enquadrados no livro são boi “sem raça definida”, o “pongó”, autor de tal empreitada, é “cavalo velho [...]”, desqualificados são, portanto, os genros e quem os (re) criou na ficção. Por outro lado, o livro propõe apresentar o que autores “da literatura universal” não fizeram, mesmo afirmando que existem genros “mais interessantes” que os “esposados” que apresenta, citando autores da literatura universal, cujas obras tiveram títulos que remetem a membros familiares, como *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, *O pai de Goriot* de Balzac e *O livro de uma sogra* de Aluísio Azevedo, como recorda Gumercindo R. Dorea, na orelha da primeira edição de *Os genros* (1981), texto que compõe a Fortuna Crítica da segunda edição (Euclides Neto, [1981] 2014f, p. 153-154).

Em *Vida morta* (1947), a ironia é anunciada logo na dedicatória: “Aos que não gostam deste livro”. Neste segundo romance, percebe-se um jovem autor, que ainda está em construção de uma identidade na escrita e na temática. Ciente disso, o escritor previne-se e estabelece um jogo com seus possíveis leitores. A dedicatória antecipa o julgamento negativo do leitor e pode desafiar à leitura, ao invés de afastar, aproxima o leitor. Portanto, a dedicatória pode ser considerada uma estratégia positiva.

Por outro lado, não gostar do livro pode vir das críticas feitas às forças armadas – “praga medonha e eterna” (Euclides Neto, [1947] 2014c, p.38) e/ou das ações dos jovens estudantes, cujas relações sexuais são reveladas em períodos curtos, sem rodeios e pudor. Esta possibilidade é confirmada nas epígrafes do livro, que afirmam, nas palavras de Oscar Wilde: “Não há livros morais nem imorais. Os livros são bem ou mal escritos. Nada mais.” e de S. Clemente: “Não deveríamos ter vergonha de falar do que não teve Deus vergonha de criar”. S. Clemente (op.cit. 2014c, p. 21), numa clara referência à sexualidade humana.

O romance escancara ainda as contradições entre altruísmo e egoísmo, desejos pessoais e denúncias sociais, na figura de um protagonista que se revela um anti-herói, por não conseguir realizar sonhos nem ajudar a construir a sociedade almejada. Ao leitor, que busca reconhecer-se no herói, resta, ironicamente, a dedicatória do livro, como uma forma de compensação e/ou sarcasmo do autor. Araújo, na apresentação que faz de *Vida morta* (Euclides Neto, [1947] 2014c, p. 10) destaca a “autoironia” do autor como uma forma de “projeção” da “personalidade simples e espontânea, como procuram ser as suas obras”. Tal afirmativa pode ser condizente com o que se verifica na obra, e na entrevista supracitada de Pólvora, entretanto, revelam aspectos mais profundos da “postura” autoral.

Exemplares são as afirmações na orelha da primeira edição do romance *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino*¹¹ (1996), assinada pelo autor. Nela, ao se referir ao romance em questão, é usada a forma diminutiva “romancete (ou romaneco)”, e dispara: “Duvida-se que este chamboque de romance encontre leitores. Sobretudo com o título caipira de ‘A enxada’, e contando como a desesperada Albertina, depois de escorraçada de um centro urbano, retorna à roça” (Euclides Neto, 1996). O adjetivo “chamboque”, empregado para caracterizar o romance, denota sentido de inferioridade. “Chamboque” vem do radical “chamb-” que origina a palavra “chambão”, podendo significar tanto “carne de segunda” quanto indivíduo malvestido ou “grosseiro” (Ferreira, 1986, p. 388), agregando na comparação pouco valor ao romance. Na mesma orelha, faz referência ao estilo “primitivista” empregado no texto, acrescentando que o mesmo é “tosco como o autor”.

Percebe-se ironia ao retratar a si e a obra, ambos sem refinamento, grosseiros, mal-acabados, “Não lapidado nem polido”, significados concebíveis para o vocábulo “tosco”, cuja origem “*tuscu*”, “possivelmente, do latim vulgar”, fora empregado por “alusão à gente que vive no bairro etrusco de Roma, [...]” (Ferreira, 1989, p.1693). O autor emprega o termo ao referir-se a um romance cuja protagonista é uma mulher negra, pobre, não alfabetizada, abandonada pelo pai dos filhos, de origem rural e sem terra.

Uma outra possibilidade de avaliar a postura autoral ao reduzir o valor literário dos escritos, é a consciência de que personagens como Albertina, escolhidos para protagonizar romances, contos e crônicas podem não despertar interesse da crítica literária, quer seja porque a linguagem falada por eles e reproduzida nas obras não correspondem à norma culta do Português, cujos textos literários servem/serviam de exemplo do bem falar e escrever, quer seja porque as agruras vividas por esses protagonistas não despertariam, à época, o interesse do leitor cidadão ou do crítico, leitor privilegiado, visto os protagonistas serem personificações de moradores simples das roças de cacau ou de pequenas cidades, espaços sociais não privilegiados. O autor antecipa o julgamento negativo, reduzindo o valor da obra, minimizando o impacto do julgamento dos “eruditos”, como faz com o *Dicionareco*.

Euclides Neto demonstra ter consciência que a literatura desenvolvida por ele tem características de uma literatura menor, semelhante a registrada por Kafka e apresentada por Deleuze e Guattari (2003), guardadas as especificidades espaciais e temporais: “Uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior” (Deleuze; Guattari, 2003, p. 38). Em se tratando da produção escrita de Euclides Neto, quando retrata na obra a língua de personagens, vê-se que se caracteriza como uma das variações linguísticas da Língua Portuguesa considerada pelos puristas como não culta no Brasil, denominada

¹¹ Doravante *A enxada*.

como regional, por ser a expressão da população de um determinado lugar, mais especificamente a que habita áreas rurais no interior do país. Dentre as chamadas variações regionais do Português brasileiro, destaca-se na obra de Euclides Neto aquela cujos vocábulos e expressões compõem o *Dicionareco das roças de cacau e arredores*, cacau que marca a vida e a morte de personagens e é conhecido como o “fruto de ouro”, cultivado no sul da Bahia.

Neste espaço, a língua falada pelos personagens, representantes de trabalhadores, alguns oriundos de outras partes do país, atraídos pela riqueza do “fruto de ouro”, “é afetada por um forte coeficiente de desterritorialização” (op. cit., 2003, p. 38), primeira característica da literatura menor. Tais personagens, protagonistas ou não, são trabalhadores e trabalhadoras rurais, pobres, desempregados, sem-terra, representantes de classes sociais minoritárias, discriminados por habitarem a zona rural, vilarejos e pequenas cidades com características rurais, por não terem acesso à educação formal e falar uma variação linguística não valorizada/discriminada por quem habita centros urbanos e pertencem às classes sociais mais abastadas com acesso à cultura letrada escrita. Os excertos supracitados, retirados do *Dicionareco*, de romance e relatos parecem confirmar a opção autoral euclidiana: produzir uma literatura de cunho político, pois na literatura menor “o seu espaço exíguo, faz com que todas as questões individuais estejam imediatamente ligadas à política” (op. cit. 2003, p. 39), segunda característica da literatura menor.

Como revela o excerto do relato 64 que abre este capítulo, o pai fala sobre o tiro que a mulher levou e era para ele, deixando o filho órfão de mãe. A passagem destaca um acontecimento de teor político, que traduz a realidade de vários trabalhadores sem-terra assassinados, como resultados dos que buscam tomar posse de suas terras. Não é apenas o filho de um trabalhador específico que se torna órfão de mãe. As lutas pela tomada das terras de pequenos proprietários rurais, nos tempos áureos do cacau sul-baiano deixaram vários órfãos de pai e/ou de mãe, cujos filhos foram obrigados a migrar de suas terras e tornarem-se exilados em seus próprios territórios. Se os relatos de *Trilhas* trazem algumas destas histórias, o romance *Os magros* (Euclides Neto, 1961) retrata fato semelhante: a expulsão de nativos de suas terras. A nova condição de desterritorializados (no próprio território) desencadeia uma condição de vida semelhante à escravidão, quando o trabalhador vive para pagar dívidas, alimenta-se mal, sem direito à moradia – abrigo seguro, sem acesso à saúde e à educação, sendo necessário adquirir o próprio instrumento de trabalho, em detrimento da vida de familiares. Tais acontecimentos não pertencem a personagem A ou B, mas representam o sofrimento de uma coletividade.

A terceira característica da literatura menor “é que tudo toma um valor coletivo” (Deleuze; Guattari, 2003, p. 40). A seguir, um excerto do romance *A enxada*, retratando um desabafo da personagem Albertina ao recordar as humilhações recebidas pela patroa na cidade:

– Vem, dona, vem vê quanta coisa sei fazê. Ocê sabe trancá u’a esteira ou um chapéu, covear roçado; achá, pelo cheiro, as abeia; chegá terra nas prantação? Ocê num sabe. Queria vê ocê levantano u’a casa de paia em u’a tarde pra agasaiá seus fio. Queria vê ocê saí pra o mato atrás de comida, anhá u’a peda e, no outo dia, i buscá a carne. Ocê é que num sabe fazê nada. Se é em casa, as empregada lava, passa, cozinha, arruma. Ocê só sabe dá orde. (Euclides Neto, [1996] 2014d, p. 51)

Vê-se na voz de Albertina, escrita em discurso direto, a valorização da identidade e culturas agrárias, em detrimento de culturas cidadinas que oprimem e violentam a família. O romance traz passagens onde a oralidade da protagonista é posta em evidência, além das atividades manuais que desenvolve com os (as) filhos (as), da coragem para o trabalho árduo e braçal e do enfrentamento das adversidades que a caatinga apresenta.

Quando Albertina, mulher negra, pobre, não alfabetizada, recorre aos conhecimentos dos ancestrais para educar os descendentes e reerguer a dignidade da família, como ocorre no romance *A enxada*, não é apenas o enfrentamento individual da personagem que se sobressai. O processo de desterritorialização¹² e reterritorialização pelo qual passa representa a história dos/as trabalhadores/as que vivem no interior do país, mais precisamente na zona rural e, apesar da grilagem, do desmatamento entre outras ações de grandes proprietários de terras e/ou invasores, conseguem resistir, embora a língua empregada e o legado cultural não sejam reconhecidos nem legitimados pelo poder hegemônico.

Em relação ao lugar social de pai de família, destaca-se, no excerto a seguir, passagem de Euclides Neto – herói-narrador do relato 64 – exercendo ao mesmo tempo o lugar de gestor público, perseguido por militares, e pai preocupado com os filhos em um momento de tensão, quando acreditava vir a ser encarcerado:

Estava no quartel, já cansado de esperar, o tempo crescendo, quando surgiu Marcelo, meu filho caçula. Podia ter ele quatro anos de idade, ou menos. Tão novinho e tão amigo. Passava por minha sombra nas obras, inaugurações, nas pedras fundamentais, nas cerimônias, nas visitas de autoridades. Em qualquer tempo e hora lá andava ele no meu faro e rastro: pés no chão, perninhas cambotas, nu, às vezes, fugido do zelo da mãe, Angélia. Nos lugares mais impossíveis aparecia, não sei como, nem levado por quem.

¹² A ideia de território deve-se ligar à ideia de poder estatal ou de grupos econômicos, à ideia de espaço e ocupação. Emprega-se aqui a ideia de desterritorialização ao processo de espoliação econômica, de desaculturação e expropriação das áreas de origem (principalmente). Reverter esse quadro, reterritorializar-se, dá-se com a reação, com “novas formas de concepção de uso e do processo de domínio do território” (Anderson, 1994, p. 213-215). Para aprofundar sobre noções de território e processos desencadeados, pode-se considerar três vertentes básicas: política, cultural e econômica, segundo Haesbaert (2004).

Pois bem. Naquele dia em que saí escondido, refugiando-me na delegacia, no fundo do quartel, [...], foi ali que Marcelo apareceu com seus olhos tranquilos e amorosos de alma nobre, já na tenra idade, puxou meu paletó e perguntou balbuciando:

– Por que vão prender painho?

[...]. Quem teria informado àquela criança, meu filho, com toda a força telúrica de alguém que pronuncia: meu filho! Quem o teria informado que o pai esperava prisão? (Euclides Neto, [1983] 2014b, p. 160)

No episódio em questão, o prefeito isola-se no quartel à espera dos militares, pois não desejava que a família presenciasse a prisão eminente, quando é surpreendido pela chegada do filho pequeno. Vê-se, aqui, que se sobressai a figura do pai de família em relação à do gestor. Este, não foge, como muitos o aconselham, mas vai aguardar a prisão justamente no quartel. O episódio reforça a imagem de gestor correto, digno e corajoso, de pai de família amoroso, preocupado em proteger filhos (as) e esposa, preservando a imagem pessoal diante da família.

Ao analisar os lugares sociais ocupados por Euclides Neto a partir de textos publicados por ele é possível perceber a postura autoral de quem não se furta a assumir as responsabilidades e consequências das ações tomadas. Posicionar-se é se expor, é problematizar a partir do lugar ocupado. Como se, ao ocupar um lugar de fala, um lugar social, não se sentisse confortável o bastante em assumir posturas já referendadas. Tanto o advogado, quanto o prefeito e o secretário da reforma agrária buscam sair do lugar comum; criam, e a criatividade faz com que apresentem possibilidades de uma ética movida pela necessidade de subsistência do homem e da mulher que vivem na zona rural, não a partir de interesses particulares ou de grupos majoritários.

Portanto, a resposta à questão: “Quem fala?” ganha contornos quando se recorre aos rastros deixados na obra escrita. Os lugares sociais ocupados por Euclides Neto – estudante, advogado, político, escritor, autor, pai de família, entre outros – são marcados pela formação humanística. Da ficção, em *Vida morta*, emerge o estudante de Direito, que deseja ser escritor, cujo realidade empírica torna-se matéria-prima principal. O político, presente em *64* e *Trilhas*, edifica-se numa ética voltada à defesa do trabalhador/trabalhadora rural, principalmente no que se refere a uma vida mais digna, com trabalho e terra para todos que sabem fazê-la frutificar. O autor de *A enxada* (entre outros romances) valoriza a cultura agrária, destaca a língua falada por trabalhadores rurais, cujo *Dicionareco* ambiciona perpetuar.

A simplicidade, a humildade e a autocrítica sobre a obra revelam imagens de si e a consciência que a literatura produzida não será bem aceita pelos “eruditos”, demonstrando saber que construir uma literatura menor traz consequências passíveis de afetar o nome de autor. Literatura menor em sentido restrito, ou seja, de evidenciar a população execrada e discriminada por causa da cultura agrária

que a constitui. A obra busca dar voz a homens e mulheres simples da zona rural através dos personagens criados, revelando a fala e demais elementos culturais, como visto nos excertos supracitados. Das imagens criadas para si, nos rastros deixados nos textos, vê-se uma postura que parece ser o fio condutor não apenas do autor, mas do político e advogado: a ética, que valoriza a vida construída e mantida pelo trabalho dignificante, aquele capaz de propiciar alimento, abrigo, alegria e esperança, considerando os textos supracitados do autor. A palavra escrita cria, nas narrativas ficcionais e relatos de vida, imagens e representações do autor e dos demais papéis sociais ocupados, e auxiliam a formação da imagem que fica à posteridade. A postura autoral cria o ser, tão ficcional e tão real quanto os personagens concebidos.

1.2 Outras instâncias do EU

Buscar-se-á, a seguir, refletir sobre as categorias autor, narrador e personagem na tentativa de responder à indagação: “Como se constitui o eu subtendido em “Falarei de Lágrimas que vi e verti”? Visa-se também esclarecer termos empregados, como autor e escritor. Em relação ao uso do termo “escritor”, recorre-se a Roland Barthes, quando descreve:

[...] o escritor é aquele que trabalha sua palavra (mesmo se é inspirado) e se absorve funcionalmente nesse trabalho. A atividade do escritor comporta dois tipos de normas: normas técnicas (de composição, de gênero, de escritura) e normas artesanais (de labor, de paciência, de correção, de perfeição). (Barthes, 2003, p. 33)

O escritor é concebido como a pessoa civil, é quem vivencia e escreve os fatos e sua participação antecede à publicação, transitando, pois, entre a vida e a tessitura textual. É a publicação que instaura o jogo com o leitor, jogo previsto na escritura, que, quando aceito, confere vida à obra. Assim sendo, entra em cena quem assina a obra/o texto, cujo nome – impresso na capa – confere certa unidade às publicações em torno da mesma autoria.

Para Foucault (2012, p. 42-43), “o nome de autor é um nome próprio”. O nome próprio e o nome de autor “encontram-se situados entre os polos da descrição e da designação”. Ele reconhece que “a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que nomeia, não são isomórficas e não funcionam da mesma maneira” (op. cit., 2012, p. 42-43). Pensando na primeira relação – do nome próprio com o indivíduo nomeado: se fosse revelado que Euclides Neto não nasceu no povoado de Jenipapo, hoje distrito de Areia, localizado no interior da Bahia, ou que ele não viveu em Ipiaú ou ainda que não foi advogado ou prefeito, o nome Euclides Neto sempre se referiria à mesma pessoa, portanto, a relação de designação não seria abalada caso fossem descobertas alterações em sua biografia.

Por outro lado, a relação do nome de autor com o que nomeia é passível de alteração: se descobrissem que Euclides Neto não escreveu *Os magros* ou o *Dicionareco*, as duas obras mais lidas do autor, considerando o número de edições e reimpressão, além das pesquisas em nível *stricto sensu* desenvolvidas sobre elas, poderia abalar o funcionamento do nome de autor, que, segundo Foucault (2012, p.44-45), “não é um nome próprio exatamente como os outros”, mas liga-se à produção da obra. Tal nome, “Permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos” (op. cit., 2012, p.44-45).

Foi assim, reunindo os textos publicados pelo autor em vida, acrescido da publicação póstuma de contos, que a “obra completa” de Euclides Neto foi revisada, tomando por base revisões do autor, e reeditada por duas editoras: a Littera, que já havia publicado romances do autor, e a EDUFBA. Em 2014, houve os dois primeiros lançamentos, primeiro na UFBA, em Salvador, em seguida, na UNEB, campus XXI, situado na cidade de Ipiaú, interior da Bahia – cidade onde o autor viveu, advogou, constituiu família e ganhou visibilidade política – entre outros lançamentos.

Os livros que compõem a reedição completa são treze: 7 romances: *Birimbau* (2013 [1946]), *Vida morta* (2014 [1947]), *Os magros* (2014 [1961, 1992, 2007]), *O patrão* (2013 [1978]), *Comercinho de Poço Fundo* (2014 [1979]), *Machombongo* (2014 [1986]), *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014 [1996]); uma novela: *Os genros* (2014 [1981]); dois relatos: *64: um prefeito, a revolução e os jumentos* (2014 [1983]) e *Trilhas da reforma agrária* (2014 [1998]); um dicionário: *Dicionareco das roças do cacau e arredores* (2013 [1997, 2002]), um livro de crônicas: *O menino traquino: crônicas políticas e crônicas leves* (2014 [1994]); e um de conto: *O tempo é chegado* (2013 [2001]).

É preciso destacar, que o primeiro livro publicado por Euclides Neto, quando tinha 17 anos – *Por que o homem não veio do macaco* (1943) – não faz parte da “obra completa”. Outro livro, uma coletânea de contos selecionados pelo autor, composto por autores “sul-baianos” também não compõe a reedição completa. Por quê? Certamente os motivos da exclusão não foram os mesmos. Cabe questionar: quais critérios definem qual livro ou texto comporá ou não as obras completas de um autor?

Segundo Foucault (2012, p. 45), “o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si”, estabelecendo “uma relação seja de homogeneidade, de filiação, de mútua autenticação, de explicação recíproca ou de utilização concomitante”. A explicação talvez justifique o fato do primeiro livro de Euclides Neto não fazer parte da “obra completa”, uma vez que não tem características de narrativa, e aparentemente não se relacione com os demais, assemelhando-se a um ensaio, onde o autor lança mão de argumentos que buscam comprovar a assertiva que dá título

ao livro: *Porque o homem não veio do macaco*. Sendo assim, não mantém relação com os demais livros sob a mesma autoria, composto por narrativas – romances, contos, crônicas, relatos. Além do mais, a formação do autor, à época, ainda um estudante secundarista, não o autorizava a tratar tal tema de forma científica, com profundidade, como o então estudante buscou fazer.

Portanto, pode-se inferir, que a primeira publicação de Euclides Neto não cumpre o primeiro dos quatro critérios que visam “atribuir vários discursos a um mesmo autor”, elencados por São Jerônimo e retomados por Foucault (2012, p. 52-53): “o autor é assim definido como um certo nível constante de valor”. Acredita-se que a editora das “obras completas” não tenha atribuído o mesmo valor a essa publicação em relação às demais, pelos dois motivos acima enumerados. Se for considerado o que foi dito até o momento sobre a obra e os demais critérios descritos por São Jerônimo – “o autor é assim definido como um certo campo de coerência conceptual ou teórica”; “o autor como unidade estilística”; “o autor encarado como momento histórico definido e ponto de encontro de um certo número de acontecimentos” – pode-se concluir que o texto em questão, não se adequa à “obra completa” de Euclides Neto¹³, aquela que a nova edição quer destinar à posteridade.

Dentre os treze livros que compõem a “obra completa” apenas o dicionário não se caracteriza como texto narrativo. Entretanto, mantém relação com os romances, contos e crônicas por constituir-se compilação de vocábulos que compõem as narrativas e auxiliam na elaboração de personagens que vivenciam os fatos, quando ganham voz nos discursos diretos, principalmente. A maior parte é formada por trabalhadores/desempregados rurais da região sul da Bahia, conhecida como região cacauera e trazem nos falares expressões específicas da região. Os vocábulos que figuram nas falas destes personagens caracterizam o que Foucault (2012, p.45) denomina “um certo modo de ser do discurso”, que neste caso leva o nome de autor Euclides Neto.

É marcante o uso de termos regionais nas falas de personagens, e caracterizam obra e autor. Somados ao vocabulário e à sintaxe específicas, marcam o discurso expressões ligadas à cultura local agrária, numa variação não culta da língua Portuguesa. Reproduzir os modos de fala de personagens regionais possibilita a aproximação do leitor não apenas com outras expressões linguísticas, mas com espaços e culturas diferentes, transportando-o para lugares diversos do que ocupa ou propiciando o reconhecimento do seu lugar de origem, oportunizando, nos dois casos, a empatia por aproximar leitor e personagens.

¹³ O primeiro livro publicado pelo então estudante secundarista Euclides Neto, pelo seu caráter argumentativo, revela a semente que mais tarde dará vida ao advogado. A produção aproxima-se mais do advogado do que do autor, que a publicação busca antecipar.

O segundo livro que não consta na “obra completa” tem como título: *Novos contos da região cacauêira* (1987), caracteriza-se como coletânea de contos selecionados e organizados por Euclides Neto, e publicado no ano em que assumiu a secretaria de Reforma Agrária da Bahia. Entende-se, que por ser uma obra que reúne textos de diversos autores não deve compor a reedição da obra completa de um único autor por diversos motivos, principalmente, por possuir mais de uma autoria, o que coloca em evidência questões envolvendo direitos autorais, entre outros fatores, que caracterizam a “função autor” descrita por Foucault (2012). Sobre este aspecto, é importante ressaltar que um livro ou um texto “trata-se de objetos de apropriação” [...]; o texto é uma propriedade de alguém” e demanda “direitos autorais; relação autor-editor; direitos de reprodução” entre outros (Foucault, 2012, p.47, 48).

Interessa destacar da coletânea o motivo que reúne os escritores, cujo título busca explicar e conferir unidade: são contos (aspecto formal, voltado à enunciação) e da região cacauêira (aspecto contextual, voltado ao enunciado). Sobre ela o autor organizador da obra assim se posiciona: “Esta antologia reúne, a partir de Adonias Filho, os nomes mais expressivos na história curta sul-baiana. Todos eles com sua linguagem, visão de mundo e temática próprias, onde o cacau aparece, muitas vezes, como referencial” (Euclides Neto, 1987, contracapa). Euclides assume “postura” autoral ao colocar-se entre “os nomes mais expressivos na história curta sul-baiana”, posto que não é apenas o organizador, mas inclui um conto de sua autoria na coletânea. Além disso, revela o motivo que os reúnem na antologia: o cacau e tudo o que representa para a região cacauêira se for pensado em termos econômicos – riqueza e miséria, fartura e exploração do trabalhador – e culturais.

No prefácio, intitulado “O nosso reino”, o romancista Adonias Filho reafirma a “postura” autoral do organizador da obra:

Aqui estamos nós, ficcionistas do sul da Bahia, a comprovar que temos efetivamente um complexo regional de civilização do cacau. À sombra de uma saga comum, na variação de processos e estilos individuais, é todo um reino – humano, geográfico e social – que se mostra através da projeção literária. [...]

[...] o agrupamento literário existe porque o complexo cultural, que o provocou, é resultante de uma forte personalidade regional. [...] sendo uma personalidade regional, não se pode confundir-la com regionalismo literário. E isso porque, mantendo-se na região, fiéis ao complexo cultural, os contistas a ultrapassam pela dimensão humana da vida que ela própria oferece. (Adonias Filho *apud* Euclides Neto, 1987, p. 5-6)

Segundo Foucault (2012), para um discurso ser dotado da “função autor” precisa responder questões essenciais, cujas respostas podem conferir ao discurso o estatuto de literário: “quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projecto” (Foucault, 2012, p. 49); e o prefácio busca responder a estas questões. Os autores se unem em torno de um “complexo cultural” que denominam “civilização do cacau”, envolvendo as marcas dessa civilização – o “humano, geográfico

e social” – reafirmando fidelidade ao espaço humano e cultural – denominado “nosso reino”. Entretanto, não desejam ficar marcados como autores regionalistas, por entender a limitação que tal denominação possa agregar à imagem de um autor. Assim, embora partam da região sul-baiana, que os agrupam, reafirmam estilos individuais ao escrever e principalmente a “dimensão humana” que os impulsionam além das fronteiras regionais. Os autores se situam e delimitam o projeto de escrita e território temático, ao deixar evidente aspectos extratextuais e formais que os unem, na coletânea em questão. A “função autor” é marcada por “gesto carregado de riscos antes de ser um bem preso num circuito de propriedade” (Foucault, 2012, p.47), riscos que tais posicionamentos podem desencadear, enquadrando autores, agregando ou não um maior número de leitores, influenciando a constituição de sentidos e o valor atribuído pela crítica.

Para Euclides Neto, ser reconhecido como autor da região cacauieira, a partir da organização de coletâneas de contos, no qual se agrupa a outros autores, confere visibilidade, enquanto autor e político, justamente no ano em que assume a secretaria da Reforma Agrária da Bahia e passa a coordenar os demais secretários de Reforma Agrária do Brasil. Certificação e reconhecimento de seus pares – autores e políticos – é o resultado desse momento de autofiguração e “postura” autoral. O autor busca firmar-se enquanto intelectual, projetando-se nacionalmente, compondo o grupo dos escritores “grapiúnas”¹⁴. Deve-se ressaltar que as editoras responsáveis pela edição e publicação, uma com sede em Itabuna – importante cidade da região cacauieira à época, década de 1980, e outra localizada em Brasília, possibilitaram circulação da obra fora da Bahia, além da região cacauieira.

Até aqui, em linhas gerais, considerou-se que a “função autor” reúne textos que compõem a obra/produção escrita publicada de um escritor, que se torna autor quando a assinatura ganha visibilidade nas capas e agrega um conjunto de escritos com características possíveis de dialogar entre si, quer seja por questões estilísticas, estruturais ou contextuais. Reconhecer que a “postura” autoral assumida na coletânea impulsionou, à época, o autor; e ao mesmo tempo o político, provocou um questionamento: compõe a obra de Euclides Neto apenas o que ele escreveu e publicou ou é composta também pelas realizações enquanto político e advogado? Infere-se, a partir das leituras realizadas sobre a obra e o autor, que pelo menos três papéis sociais (não privados) assumidos em vida – advogado, político, autor – estão estreitamente interligados e complementam-se, embora representem lugares de fala diferentes na sociedade, como foi visto anteriormente.

¹⁴ Assim se denominam/são denominados aqueles cujos textos versam sobre a região cacauieira, como descrito no prefácio assinado por Adonias Filho. Aprofundamentos sobre a questão ‘grapiúna’, ver a tese de Lyrio (2018).

Quanto ao narrador, destaca-se uma declaração de Vargas Llosa pertinente às reflexões que se objetiva fazer: “Existe um elemento muito difícil de ser captado por um leitor médio: o narrador de uma história não é nunca o autor. É sempre uma invenção”. (Vargas Llosa *apud* Paiva, 1986, p.5). Torna-se mais difícil ainda acreditar que o narrador é uma invenção, principalmente pelo compromisso que busca firmar com o leitor através da confluência entre os nomes do autor (grafado na capa), do narrador e do personagem principal da narrativa. Ao propor narrar um momento específico da vida: aquele em que esteve no comando da prefeitura de Ipiaú (em *64*) e aquele em que comandou a secretaria de Estado (em *Trilhas*), o escritor aciona a memória, recorre a anotações (talvez), fotos e documentos guardados, na tentativa de recriar com palavras o vivido, os fatos que o afetaram a ponto de querer deixar grafado aos contemporâneos e gerações futuras. Para refletir sobre a instância do narrador, propõe-se revisitar dois teóricos, Walter Benjamin (1994) e Gérard Genette (1980) e cotejar com romances e os relatos de Euclides Neto, objetos de pesquisa.

Benjamin (1994) considera que as experiências nutrem os narradores e recorre aos representantes arcaicos para descrever “dois estilos de vida” [que] produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores”: a primeira é formada pelo “camponês sedentário” – homem honesto, conhecedor de suas histórias e tradições e que não se afastou de seu país –; a outra é o “marinheiro comerciante” – viajante que vem de longe e tem muito o que contar. Segundo o teórico, esses dois grupos “se interpenetram de múltiplas maneiras” (Benjamin, 1994, p. 198-199) diversificando os tipos de narradores.

Os narradores dos romances assinados pelo autor Euclides Neto assemelham-se ao “camponês sedentário”. Aqueles cujas narrativas escritas não “se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (Benjamin, 1994, p. 198): linguagem simples, marcada pela oralidade, que narra histórias vividas por outras pessoas que parecem habitar no entorno, incorporado no mesmo tempo, lugar e cultura. Inserido no espaço agrário, na maioria dos romances, a voz que narra sabe os segredos do cultivo da terra, do trato com animais criados em roças e fazendas, do funcionamento de pequenos comércios em vilas e cidadezinhas. Penetra no íntimo dos personagens, descrevendo tristezas vindas de longe, sonhos e devaneios. Para Genette, em termos discursivos, tais características definem a “focalização zero”, referindo-se àquele narrador que “sabe mais que a personagem, ou, mais precisamente, diz mais do que aquilo que qualquer personagem sabe” (Genette, 1980, p. 187). O teórico reconhece “um consenso sobre uma tipologia de três termos, dos quais o primeiro corresponde ao que a crítica anglo-saxônica chama a narrativa de narrador onisciente e Pouillon “visão por trás”, e que Todorov simboliza pela fórmula *Narrador>Personagem* [...]” (op. cit. p. 187, grifos do autor).

Os excertos foram retirados do romance *A enxada*. A seguir, o narrador demonstra conhecer o íntimo da protagonista, mulher agricultora, sem-terra, que planta entre o asfalto e uma cerca de propriedade privada, no entrelugar dos despossuídos:

Sempre esperava possuir uma nesga de chão para um dia lavar quiabo, melancia, jiló. Como explicar a alegria de plantar? Não era só comida. Havia também o gozo de lançar os grãos e saber que nasceriam. Melhor seria se tivesse feito pequenas goivaras, mas a pressa não deixava. A chuva se dependurava nas nuvens. Pena que, por trás das cercas do asfalto, terras e terras e terras se perdiam, abandonadas (Euclides Neto, [1996] 2014d, p. 24).

Vê-se a denúncia dos latifúndios improdutivos, como ocorre em outros textos do autor, e o desejo da agricultora em possuir terras; espaço no qual sabe viver por conhecer os segredos de arar, reconhecendo os sinais da natureza para a hora do plantio. O narrador, parece ser alguém de perto, que conhece o espaço e quem nele habita.

As narrativas orais em torno da protagonista, conhecida como caçadora de onças, ganham corpo em alguns capítulos, onde são reproduzidas de boca em boca as caçadas da mulher franzina, habitante da Toca da Onça:

A nova correu a caatinga. Uma mulher, aquela preta da cascalheira, que parecia doída, matou uma onça a tiro, no fundo da casa, ali perto, disse o primeiro a contar o caso, depois de ter ouvido de Juquinha, garboso.

O segundo enfeitou:

– Foram duas. E não atirou de dentro de casa. [...].

O terceiro contador:

– Vive de caçar onça. Nem precisa criar cabra. Recebe tantas dos fazendeiros que não tem mais onde botar criação. [...].

Distante quatro léguas, alguém passava o sucedido adiante:

– Mulher macho, gente. Já não sabe quantas onças matou. A última, ela estava dentro da gruna, quando viu a gatona rosnar e partiu pra riba dela. Não contou prosa. Acertou bem entre os bagulhos, [...]. (Euclides Neto, [1996] 2014d, p. 133).

As personagens ganham voz e suas falas são reproduzidas em discurso direto, onde é possível conhecer a língua falada por pessoas da zona rural do interior baiano, tanto da zona da mata, quanto da caatinga. Os romances de Euclides Neto, na maioria das vezes, são narrados em terceira pessoa. Entretanto, em alguns momentos, o discurso do narrador incorpora o discurso de personagens, a partir de discurso indireto e indireto livre, penetrando mais fundo no íntimo, como na passagem:

Eram os seus, os mortos que voltavam à Sorte Linda, nas noites de lua. Também agasalhavam saudades. Mas, como seus filhos retornavam, se saíram dali pequenos, muito novinhos e não podiam acertar o caminho tão mudado? [...]. Rezou o único taco de oração que sabia, em favor de todos os mortos. Agradeceu a Deus por tê-

los visto e pediu que não os afastassem dali, mesmo que tivessem que desaparecer de quando em quando para cumprir os seus destinos de almas de outro mundo. Surpresa ouviu que acompanhavam a oração, puxada agora pela avó que sabia cantar o ofício inteirinho, até em uma língua que ninguém entendia. Ajoelhou-se. Fechou os olhos, contrita. Quando os abriu, o vento tinha viajado para outras bandas [...] (Euclides Neto, [1996] 2014d, p. 125).

Albertina retorna à casa que fora dos antepassados e acredita reencontrá-los. A seguir, João, protagonista de *Os magros*, devaneia no espaço que fora a casa dos pais em busca do “ouro pagão”, cujas narrativas orais dizem estar enterrado no local:

Mas agora era cacau. O céu escuro soltava estrelas, e uma claridade, como se fosse de lua, brotava por detrás das roças. João gostaria de ficar ali para sempre. Quem sabe não veria dona Flora, a vaca Bonina e o galo losna? [...]. Onde estariam os olhos mansos da vaca, aquelas tetas gordas e compridas, inchadas de leite? [...].

João encostou-se à claraíba e olhou além.

Um facho aceso, como brasa, vinha do escuro.

Seria o ouro pagão do qual todo mundo falava? Seu filho que morrera sem batismo não fora para o céu, tinham pedido ao senhor Jerônimo que lhe ajudasse. O fazendeiro estaria arrependido. Se não fizesse alguém descobrir o dinheiro enterrado, jamais se salvaria.

[...]

O ouro pagão vinha chegando, mostrando onde estava o dinheiro. Uma réstia de claridade bateu no pé do esteio. Agora poderia comprar facões, comida, roupa, sapatos e até um pedaço de terra. (Euclides Neto, [1961] 2014e, p. 159-160)

Os dois protagonistas são despossuídos de terras que passam a pertencer a latifundiários. Tema recorrente nos dois romances. Entretanto, apresentam desfechos diferentes. No romance publicado em 1961, *Os magros*, o personagem protagonista não consegue reaver as terras. Em *A enxada*, publicado em 1996, três décadas depois, o contexto histórico de produção da obra muda, e a protagonista – que planta agricultura de subsistência – consegue reaver a propriedade após a falência do latifundiário de cacau, que se endivida pelo avanço da vassoura de bruxa, e secas que afetam a região, como destaca Marcelo (2010).

Quanto ao narrador dos relatos em estudo, *64* e *Trilhas*, pode-se também classificá-lo, na perspectiva de Benjamin (1994), como aquele que conhece o lugar de onde fala, o “camponês sedentário”. Tal narrador busca tornar o lugar de origem melhor para os que nele habita, principalmente trabalhadores rurais, sem-terra, prestadores de serviços simples e desempregados como se lê em *64*:

Certo dia, apareceu um carpina queixando-se de que o fiscal de obras proibira a colocação de uma tenda defronte à casa, porque ficava feio. Perguntei quantos operários iriam trabalhar com o infrator. Mais três. Ali mesmo bati a petição, a fim de sentir a alegria de lavar o despacho: “Se alguém num país distante e sofrido fez a campanha de uma indústria em cada quintal, por que nós, também paupérrimos e carentes, não podemos deixar uma tenda de carpina em cada jardim?” (Euclides Neto, [1983] 2014b, p. 97)

O narrador, cuja voz exalta simplicidade e objetividade, emociona-se a cada contato com povo, ao ouvir e acolher as demandas, como o trecho a seguir também do relato de 64:

Foi ela quem pediu um lugar na Fazenda do Povo. Ele já não agasalhava forças. Em quantas fazendas procurara trabalho? Em quantas obras batera implorando ocupação? Quantas vezes voltara aos seus, de mãos vazias, desmoralizando a ninhada e a companheira, que o via um incapaz de mantê-los. Quantas desesperanças! Ali, vencido, arrebatado, esperando mais um não, disposto, contudo, a não largar os seus. Acompanhava-os, agora, em mais uma tentativa.

[..]. Até hoje lembro o semblante do homem, olhando-me sem acreditar, quando lhe dei o bilhete autorizando a entrega de três tarefas de terra, acrescentando-lhe dois dias de serviço por semana, indicando-lhe o lugar do rancho de Indaiá: um taco de chão neste Brasil imenso seria dedicado a ele, sem o pavor de ser expulso. (Euclides Neto, [1983] 2014b, p. 101)

A postura política é construída nas ações e discurso do narrador, que se coloca ao lado da população de menor poder aquisitivo. As “três tarefas de terra” fazem parte das terras destinadas à reforma agrária e os “dois dias de serviço por semana” possibilitam ao agricultor manter-se na terra de acordo às condições que lhe são possíveis, como é a prática de reforma agrária desenvolvida na Fazenda do Povo, além de devolver-lhe a dignidade perdida pela falta de renda.

Benjamin (1994) descreve o narrador considerando o plano da história, a forma como a temática é apresentada e a relação que mantém com a narrativa. A perspectiva empregada, ao descrever o narrador “camponês sedentário”, é relevante para analisar a obra de Euclides Neto, por tornar-se uma marca na composição de romances e relatos o tratamento dado à história narrada e aos aspectos da cultura agrária, que transcendem a obra publicada e ajudam a compor a “postura” autoral.

Por outro lado, entende-se que o plano da história só se realiza no discurso, embora reconheça-se que quem lê pode se interessar apenas pela história e não necessariamente por como ela se organiza. Entretanto, no texto com traços autobiográficos, como em outros, quem conta pode ser tão relevante quanto o que se conta. Afinal, o que impulsiona a leitura de uma narrativa que se apresenta como parte da história de vida do autor? O nome do (a) autor(a) que assina o texto ou a história a ser contada sobre/por ele(a)? Dentre as possibilidades de respostas não se pode perder de vista que a voz que conta não deve ser confundida com o autor. Aquele que escreve e aquele que vive, embora possam assumir o mesmo denominativo, distanciam-se no tempo, que – irremediavelmente – os separam e os distinguem – tempo cronológico. Entretanto, considerando uma outra perspectiva temporal – o espiralar – passado e presente se entrecruzam, no corpo-mente presentificado. Para Genette, a “confusão” entre o narrador e o autor pode ser “talvez legítima no caso de uma narrativa histórica ou de uma autobiografia real, mas não quando se trata de uma narrativa de ficção, onde o próprio narrador é um papel fictício, ainda que diretamente assumido pelo autor, [...]” (Genette, 1980, p. 213).

No caso dos textos em questão, o nome do autor coincide com o nome do narrador, que é ao mesmo tempo o protagonista tanto em *64* quanto em *Trilhas*. Genette (1980) dedica-se ao estudo da voz, aspecto que compreende não “somente aquele que realiza ou sofre a ação, mas também aquele (o mesmo ou um outro) que a relata [...]” (Genette, 1980, p. 212). Para o teórico, há “dois tipos de narrativas: uma de narrador ausente da história que conta [...], a outra de narrador presente como personagem da história que conta” (op. cit., p. 244), nomeados, respectivamente, como heterodiegético e homodiegético. O teórico descreve duas variantes para o homodiegético: “uma em que o narrador é o herói da sua narrativa (*Gil Blas*), e a outra em que não desempenha senão um papel secundário, que acontece ser, por assim dizer sempre, um papel de observador e de testemunha: [...]” (Genette, 1980, p. 244, grifos do autor).

À narrativa cujo narrador corresponde ao herói, o teórico emprega o termo “autodiegético”. Nos relatos euclidianos, o narrador desempenha papel principal da narrativa, portanto, segundo a teoria em questão, e considerando a relação do narrador com a história, tem-se nos relatos *corpus* da pesquisa um narrador autodiegético, porque atua como personagem principal – ou herói – da narrativa, como revelam os dois últimos excertos supracitados, dos quais destaca-se os trechos de *64*: “[...] *Perguntei* quantos operários iriam trabalhar com o infrator. [...]. Ali mesmo *bati* a petição [...]” (Euclides Neto, [1983] 2014b, p. 97, grifos meus); ou ainda no trecho “[...] Até hoje lembro o semblante do homem, olhando-me sem acreditar, quando lhe *dei* o bilhete autorizando a entrega de três tarefas de terra [...]” (op. cit. 2014b, p. 101, grifos meus).

A voz que narra o relato é a mesma que questiona o trabalhador e bate a petição autorizando a realização do pedido; também é a mesma que dá o bilhete autorizando a posse da terra em outro momento. Vê-se a correspondência entre a voz que realiza a ação, impregnada do poder conferido ao gestor público, e a que relata, confirmando a confluência dos papéis de narrador e personagem principal (herói) da narrativa a uma mesma voz.

Em *Trilhas*, o narrador expressa o que vai ou não relatar, com a autoridade de quem viveu os fatos e pode selecionar o que contar:

Longe de mim botar erudição sobre a Reforma Agrária. Não falta quem dela cuide, bem posto nas pincas de microfones ou no macio das poltronas, cercados de compêndios doirados da sociologia, [...].

Também *não vou me preocupar* com a história de Fernando, o Formoso, soberano português, em 1375, quando normatizou a divisão das herdades improdutivas. [...].

[...].

De nada disso tratarei. [...].

Falarei de lágrimas que vi e verti.

Comentarei a falta de assistência aos trabalhadores, a indiferença de muitos e dos que ficaram descaradamente contra. [...] de quem deveria ajudar a Reforma Agrária, e, conquanto a defendesse no palanque, a esqueceu logo depois, quando virou “autoridade”. [...]. Vale como um modesto depoimento que, imagino, servirá para alguma coisa. (Euclides Neto, [1998] 2014a, p. 19-20, grifos meus)

O excerto abre o segundo capítulo de *Trilhas* e é intitulado “Afinando as cordas da viola”. Nele, o herói-narrador reafirma a “postura” autoral e de político que age em favor dos que dependem do poder público para sobreviver, e critica aqueles que permanecem no âmbito do discurso político distanciado da prática. Logo no início do relato, define-se o que será ou não relatado, reafirmando o compromisso de narrar fatos da vida pública; e, ao mesmo tempo, denunciar aqueles que agem com demagogia e/ou omissão em relação à reforma agrária. Quando aplica os verbos em primeira pessoa do singular, nas expressões: “*de nada disso tratarei*”; “*não vou me preocupar com*”; “*falarei de*”; “*comentarei a*”, o narrador delinea o que é ou não importante contar, antes de assumir a “primeira função” que lhe cabe: narrar.

A preparação para o que virá – nas expressões em destaque – visa a organização interna do texto e coloca-o no exercício da segunda “função do narrador” definida por Genette (1980, p. 254) como “função de regência”. Esta função é empregada tanto pelo narrador de *Trilhas* quanto o de 64. De acordo com a enumeração realizada pelo teórico, o narrador possui cinco funções, nenhuma delas “é completamente pura e não conivente com outras, nenhuma, excepto a primeira é completamente indispensável, e ao mesmo tempo, nenhuma, por mais cuidado que nisso se ponha, é inteiramente evitável” (Genette, 1980, p. 255). A “função de comunicação”, terceira descrita pelo teórico, é aquela que se ocupa em manter contato com o narratário. “Lembra ao mesmo tempo a função “fática” (verificar o contacto) e a função “conativa” (agir sobre o destinatário) de Jakobson. [...]” (op. cit. 1980, p. 254). A “função de comunicação”, pelo visto, não é empregada nos relatos como as demais.

A quarta, “função testemunhal ou de atestação”, é aquela

[...] que dá conta da parte que o narrador, enquanto tal, toma a história que conta, na relação que mantém com ela: relação afectiva, claro, mas igualmente moral e intelectual, que pode tomar forma de um simples testemunho, como quando o narrador indica fonte de onde tirou sua informação, ou o grau de precisão de suas próprias memórias, ou os sentimentos que tal episódio desperta em si, [...]. (Genette, 1980, p. 255)

Em *Trilhas*, no capítulo oitavo, nomeado de “Descentralização da Reforma Agrária”, destaca-se a passagem, onde o narrador expressa-se: “O receio é que municípios – quase todos dirigidos por fazendeiros que ainda não descobriram que a Reforma Agrária interessa também a eles – criem dificuldades no uso da estrutura [pública] de que dispõem: [...]” (Euclides Neto, [1998] 2014a, p. 37, grifos meus). Vê-se a expressão de preocupação por parte do narrador, então secretário da reforma agrária, mostrando-se receoso com possíveis atitudes que fazendeiros/prefeitos possam tomar no sentido de dificultar ações a serem empreendidas em prol da reforma

agrária na Bahia. Não apenas neste capítulo, mas em várias passagens de *Trilhas*, é possível deparar-se com a “função testemunhal ou de atestação”, principalmente no que se refere a emissão de sentimento em relação aos fatos narrados. A seguir, destaca-se trecho de 64, intitulado: “Não se deve usar máquina quando ela rouba a mão de obra”:

Alegria de ver todo mundo com o seu carrego na cabeça, daqui para ali, despejando o barro, a areia, ganhando um nada, porcaria de salário, mas o suficiente para não morrer de fome, comprando o caderno da escola, o remédio na farmácia, a carne de sol na venda, botar telha no casebre, alegrando-se na sinfonia do trabalho. [...]

[...]

Até hoje *não sei – nem quero saber* – se saía mais cara a obra. *Posso afirmar*, no entanto, que qualquer preço paga o sorriso de d. Maria, ao sair pulando de contente com seus cruzeiros. [...]. *Minto: posso afirmar*, sai mais barato. [...]. (Euclides Neto, [1983] 2014b, p. 42-43, grifos meus)

O herói-narrador relata uma ação dele, enquanto prefeito, que substituiu máquinas, a serem usadas para abrir estrada, pela mão de obra de trabalhadores rurais desempregados, por causa de longo período de seca. A ação criou nova frente de trabalho, reduzindo a miséria das famílias. Por isso, a alegria de vê-los trabalhar e poder suprir as necessidades básicas. O sentimento de alteridade do narrador autodiegético, destacado no início do capítulo, em excerto de *Trilhas*, não se manifesta apenas nos momentos tristes, de mortes, doenças e desesperanças, mas compartilha das conquistas realizadas, e alegra-se com as ações tomadas em prol da população do município. Assim sendo, os afetos do narrador, presentes na “função testemunhal ou de atestação”, são perceptíveis em relação às histórias relatadas, tanto em 64 quanto em *Trilhas*. Além disso, tal postura revela ação diferente de outros gestores públicos, que preferem agir de maneira paternalista ao invés de possibilitar aos munícipes trabalho e renda, resgatando a dignidade de prover o sustento da família.

A “função ideológica” é a última a ser descrita pelo teórico. Ela se realiza quando há intervenções do narrador na história, que podem ocorrer de forma direta ou indireta, ou ainda “podem tomar também a forma mais didática de um comentário” ou de “discurso explicativo e justificativo” (Genette, 1980, p. 255), como no excerto de *Trilhas*: “[...]. *Teme-se* que os intendentess queiram acompanhar os trabalhos de um assentamento como sempre administraram: com autoritarismo, sem ouvir os interessados. Se assim procederem, *botarão tudo a perder* [...]. (Euclides Neto, [1998] 2014a, p. 37, grifos meus); ou ainda: “Não temer a crítica dos que sempre enxergam o lado negativo. [...]. Mostrar a vontade sempre cheia de ternura. Tais sentimentos precisam ser transmitidos, a fim de que o trabalho passe a ser um prazer espiritual” (op. cit., 2024a, p. 41). No livro 64 a “função ideológica” também se faz presente. Exemplar é o texto de abertura da “Primeira parte”, intitulado “Nome do livroide”, que tem por objetivo explicar o título e justificar a escrita do relato. Uma parte, dedica-se

a explicar o emprego do ano 64 (1964) e outra, a referência feita aos jumentos no título da obra. No segundo capítulo desse estudo, é retomado o texto de abertura do relato 64 ("função ideológica"), principalmente quanto ao emprego no título dos vocábulos "revolução", "golpe" e "jumentos".

Na análise ora desenvolvida, as perspectivas de Benjamin (1994) e Genette (1980) não são concebidas como conflituosas, mas diversas e complementares, desenvolvem-se em perspectivas diferentes e resultam modos de análises também diferentes, que contemplam o plano da história e o plano do discurso, respectivamente. Os dois planos interessam ao estudo proposto, uma vez que busca responder às indagações motivadoras iniciais: "Quem fala?", "O que fala?" e "Como fala?", na busca de verificar como os elementos constitutivos dos relatos atuam na elaboração da imagem de Euclides Neto. Pretende-se voltar ao plano da história no segundo e terceiro capítulos, quando o assunto ou temas dos relatos ganham evidência e são analisados, além de evidenciar o "Como fala?". Quando à questão "Quem fala?", viu-se o papel do autor (Foucault, 2012), do herói-narrador autodiégetico (Genette, 1980), que como narrador desempenha a função de narrar a partir da perspectiva daquele que vive os fatos como gestor público, não como trabalhador rural ou funcionário público, muito menos como fazendeiro latifundiário, cujas perspectivas e atitudes poderiam divergir das tomadas pelo narrador. Viu-se também que a intenção/tentativa de se colocar no lugar/ao lado do outro só se realiza em relação aos trabalhadores rurais, aos quais o herói-narrador/prefeito e/ou secretário de Estado procura assistir quanto às necessidades de trabalho, terra e renda.

Pode-se dizer, a partir das reflexões até aqui desenvolvidas, que quando o nome Euclides Neto é evocado neste trabalho carrega a significação do papel exercido não apenas de autor, mas de advogado, gestor público e narrador. Eles transitam juntos nas obras analisadas, ora sobrepondo-se um ao outro, ora atuando numa confluência de ações que reelaboram experiências¹⁵ de vida, conferindo ao nome próprio, além de unicidade, diversidade de papéis, que convergem, conferindo unidade na diversidade. Portanto, quando o nome próprio Euclides Neto é evocado parece impossível desvencilhá-lo dos diversos papéis supracitados.

Na confluência de papéis sociais desenvolvidos, o olhar sob a escrita e organização dos relatos priorizará, a seguir, as escolhas estéticas e temáticas realizadas pelo autor, que ao publicar os relatos deixa à posteridade por escrito as realizações do político/gestor público. As ações, impressões, decisões, acontecimentos, documentos selecionados. É possível restaurar pelo texto tais escolhas? Acredita-se que elas podem revelar a "postura" autoral e ir além, revelando a imagem do político/gestor público que fica aos leitores, principalmente, àqueles que não acompanharam os acontecimentos *in loco*, que não foram contemporâneos do prefeito de 64 e do secretário de *Trilhas*.

¹⁵ A palavra "experiência" refere-se – na pesquisa ora desenvolvida – aos fatos geradores de 64 e *Trilhas*, registros das rememorações de Euclides Neto, quando o mesmo fora prefeito na década de 1960 e secretário de estado no final da década de 1980. Portanto, remetem a momentos vividos, recortes dos dois períodos que compõem os relatos em tela.